

1. Acolhimento residencial – uma abordagem relacional

Catarina Pinheiro Mota
e
Paula Mena Matos



C E N T R O
DE ESTUDOS
JUDICIÁRIOS

ACOLHIMENTO RESIDENCIAL – UMA ABORDAGEM RELACIONAL

Catarina Pinheiro Mota*

Paula Mena Matos**

1. A transição para o acolhimento residencial, a vinculação e a resiliência
 2. O papel dos irmãos no acolhimento residencial
 3. O desenvolvimento pessoal dos cuidadores
 4. A vinculação e saúde mental dos cuidadores – Que relação com os jovens?
 5. Conclusões Finais
- Referências Bibliográficas
Apresentação *Power Point*
Vídeo da apresentação

Este capítulo constitui uma abordagem ao contexto de acolhimento residencial fruto da experiência de diferentes estudos empíricos ao longo da investigação das autoras. Trata-se de uma compilação de alguns resultados e conclusões sumárias mais relevantes, nomeadamente face à transição para o novo contexto e a forma como as figuras significativas de afeto podem fazer a diferença na adaptação e desenvolvimento futuro dos jovens.

1. A transição para o acolhimento residencial, a vinculação e a resiliência

O acolhimento residencial de crianças e adolescentes constitui uma transição de vida ocasionada, na sua grande maioria, pelas dificuldades dos cuidadores primários em garantir as condições afetivas, sociais e económicas para o desenvolvimento saudável dos jovens. Desta forma, a exposição continuada de crianças e adolescentes a contextos marcados pelo abandono físico e/ou emocional termina com a intervenção das redes formais e frequentemente com a colocação dos menores em instituições de acolhimento. Em geral, o acolhimento residencial constitui uma medida com carácter provisório (Lei n.º 142/2015, de 08 de setembro), que tem como objetivo promover o desenvolvimento de condições de acolhimento e de desenvolvimento para a criança (Munson, & McMillen, 2009). Todavia, esta medida tende a ser percebida pelos jovens como um acontecimento indesejável, acarretando, numa fase inicial, um sentido de perda que pode condicionar o desenvolvimento afetivo dos mesmos (Anaut, 2005; Spence & Matos, 2000).

Quando as crianças ou adolescentes entram na instituição usualmente trazem consigo uma bagagem de relações inseguras com o contexto social e as figuras cuidadoras primárias. Frequentemente, os jovens sentem que as suas vivências não são acolhidas, apresentando dificuldades na relação com o exterior e na abertura para uma reorganização dos laços de vinculação com figuras alternativas, limitando o processo resiliente. A experienciação de novos

* Psicóloga Clínica, Psicoterapeuta. Professora Auxiliar na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD). Investigadora do Centro de Psicologia da Universidade do Porto.

** Professora Auxiliar da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Investigadora do Centro de Psicologia da Universidade do Porto.



contextos pessoais e relacionais pode gerar vulnerabilidade pessoal (e.g., Luthar & Goldstein, 2004). Ao mesmo tempo, existem tarefas desenvolvimentais que vão acompanhando o processo, nomeadamente na adolescência onde se observa uma fase de exploração/formação da identidade individual. Uma das grandes consequências deste contacto com situações adversas pode culminar com a formação de uma identidade difusa, problemas de saúde mental, em especial depressão, atividade sexual precoce e externalização de sintomas (Johnson & Gunnar, 2011). A consolidação de interesses pessoais de cariz desviante poderá relacionar-se com o contexto de perda vivenciado, acarretando dificuldades na adaptação positiva. Por conseguinte, a situação de acolhimento residencial pode fragilizar numa fase inicial a rede de apoio dos adolescentes, pela perda do sentido de pertença. Sentir-se “parte de” é fundamental para o incremento da competência individual, para reforçar a sua autoimagem e o sentido de autoeficácia (Siqueira & Dell’Aglío, 2006).

Nesta medida, a discussão em torno de como deve ser gerido o processo de acolhimento ganha relevância, já que se os adolescentes não se sentirem incondicionalmente aceites procuram estratégias alternativas de defesa para evitarem o sofrimento, construindo barreiras afetivas, tais como o silêncio, a indiferença e o afastamento, bem como uma expressão desorganizada da agressividade (Beckett, et. al. 2006; Mota, & Matos, 2008). O papel das figuras significativas assume relevo neste contexto, nomeadamente a equipa da instituição (sejam diretores, técnicos, tutores, auxiliares ou cozinheiros, entre outros), na medida em que podem promover o processo de adaptação positiva dos jovens e facilitar a criação de projetos de vida (Ahrens, et al., 2011). É neste contexto que se operam os processos proximais, que sustentam o desenvolvimento dos adolescentes através das interações que estes estabelecem com os adultos e com os pares (Formosinho, Araújo, & Sousa, 2002; Mota & Matos, 2010). Desta forma, o mundo social dos adolescentes em acolhimento residencial torna-se mais restrito, sendo que a sua rede de apoio passa a ser na sua maioria as pessoas pertencentes à instituição (Collins, Spencer, & Ward, 2010). De acordo com Legault, Anawati e Flynn (2006), os jovens estão mais disponíveis para desenvolver comportamentos de vinculação e reorganizar novas representações de vinculação quanto mais sentirem um contexto de acolhimento, segurança e sensibilidade na instituição. Alguns estudos qualitativos reportam experiências negativas iniciais aquando do acolhimento residencial de crianças e jovens, verificando-se mudanças desta perspetiva na sequência do sentimento de suporte por parte de um adulto significativo dentro da instituição, assim como pela partilha e reciprocidade com os pares (e.g., Carvalho, & Manita, 2010). Note-se que a adaptação dos jovens à instituição está pouco abordada na literatura e parece desempenhar um papel relevante no bem-estar, diminuindo os efeitos adversos que a separação do seio familiar acarreta (Luthar & Goldstein, 2004).

Um ambiente de acolhimento residencial, orientado por figuras significativas de afeto capazes de aportar segurança (onde se inclui o suporte afetivo, mas também os limites e as regras), poderá criar uma estabilidade necessária e potenciar o desenvolvimento de uma adaptação positiva (Collins, Spencer, & Ward, 2010; Munson et al., 2010; Siqueira & Dell’Aglío, 2006). Drapeau, Saint-Jacques, Lépine, Bégin e Bernard (2007), num estudo qualitativo realizado com adolescentes em acolhimento residencial, concluíram que a qualidade da ligação com adultos significativos no processo de acolhimento parece contribuir para o desenvolvimento de jovens mais resilientes. Os autores salientam ainda que estes jovens considerados resilientes em



vários domínios, apresentam uma percepção de maior autoeficácia, afastamento do risco e novas trajetórias de vida.

O conceito de resiliência é relevante na adaptação à instituição e está intimamente ligado ao construto da vinculação. Descrita como um processo que permite ultrapassar os efeitos negativos da exposição ao risco, a resiliência sugere o desenvolvimento do *coping* adaptativo, e de um processo de reorganização pessoal, evitando as trajetórias negativas associadas ao risco (Luthar & Cicchetti, 2000; Luthar, Cicchetti, & Becker, 2000). Rutter (2006) sugere o equilíbrio entre os fatores de risco e fatores protetores, nomeadamente a qualidade das relações estabelecidas pelos jovens com figuras significativas de afeto, entendidas como protetoras face ao risco. Luthar, Cicchetti e Becker (2000) traçam ainda um perfil interativo do processo de resiliência sublinhando o caráter paralelo de fatores de proteção e fatores capazes de facilitar uma nova organização interna, em que o recurso a fatores protetores facilita o processo adaptativo. Assim, em adolescentes com um passado pautado por carências afetivas e um presente de transição para o contexto institucional exposto a fatores de risco, a responsividade dos cuidadores funciona como fator protetor capaz de proporcionar uma melhor adaptação (Fergus & Zimmerman, 2005). Neste sentido, a resiliência pode ser entendida como um processo relacionado com o contexto em que a pessoa está inserida, possibilitando a superação de situações de crise e adversidades. A destacar que a resiliência não é simplesmente um sinónimo de resistência, mas antes uma atitude mais positiva, ou seja, é a possibilidade de o indivíduo construir novos caminhos, de retomar o seu desenvolvimento a partir da rutura e refazer-se a si mesmo (Garmezy, 1991).

Por conseguinte, desenvolver processos resilientes permite ao indivíduo procurar novas motivações, perceber as adaptações que serão necessárias para seguir em frente, procurando aceitar o suporte dos demais numa primeira fase e solicitar uma rede social de apoio e ajuda mais tarde que poderão funcionar como fatores de proteção (Assis, Avanci, Pesce, & Deslandes, 2006). A abordagem da resiliência é particularmente escassa no contexto do acolhimento residencial em especial no que concerne à sua associação à qualidade das relações afetivas desenvolvidas neste contexto. Assim, torna-se relevante perceber a vivência dos jovens à luz de trajetórias emocionais descontínuas e eventualmente mais desfavoráveis que assumem histórias de vinculação de caráter mais inseguro, mas cuja possibilidade de reorganização é real. Ao encontro da teoria da vinculação de Bowlby (1988), jovens que percebem um apoio genuíno na instituição poderão desenvolver padrões de adaptação mais favoráveis. Por outro lado, processos de resiliência poderão conduzir ao desenvolvimento de uma imagem mais positiva de si e dos demais, por forma a construir uma estrutura emocional mais segura, o que poderá permitir um maior bem-estar.

2. O papel dos irmãos no acolhimento residencial

O papel da fratria tem vindo a ser pouco explorado na abordagem da vinculação de crianças e jovens em risco, todavia os irmãos assumem-se como figuras capazes de oferecer segurança perante as dificuldades (e.g., Herrick & Piccus, 2005; Lockwood, Gaylord, Kitzmann, & Cohen, 2002; Whelan, 2003; Whiteman, McHale, & Crouter, 2007). Dado que os irmãos despendem



uma considerável parte do tempo juntos e a intensidade e variedade de emoções experimentadas nas interações são profundas, a qualidade das ligações tende a desempenhar um papel central no curso de vida dos jovens (Dunn, 2000), em especial quando a vivência futura retrata dificuldades pessoais significativas (Atkin, & Tozer, 2014). É no contexto da fratria que se iniciam as primeiras interações com os demais, constituindo um ponto de partida para o desenvolvimento do processo de socialização. Fernandes (2002) sublinha que as relações entre irmãos se apresentam interligadas de forma significativa com a dinâmica familiar, nomeadamente com as relações entre pais e filhos que posteriormente se estendem para a dinâmica da fratria. Numa vertente saudável estas relações são caracterizadas de forma particular por um *lugar de afetos*, favorecedoras do desenvolvimento cognitivo-afetivo de cooperação e preparação para a adaptação em contexto social, e distam da relação dos pares na medida em que recriam maior envolvimento e reciprocidade e possibilitam a diferenciação de si perante o outro, em si crucial para a edificação do caráter (Fernandes, 2005).

Ainsworth (1989) sublinha a relevância das relações de vinculação criadas entre os irmãos, que parecem funcionar, em muitas situações, como uma base segura, na medida em que conferem um sentimento de suporte incondicional e recriam entre os irmãos laços afetivos intensos e permanentes. Estas influências apresentam-se como extremamente significativas na medida em que os irmãos, por norma, partilham uma história de vida, estabelecem fortes laços de afetividade, intimidade, amizade e confiança, contribuindo para a elaboração do *self*. Deste modo, os irmãos assumem muitas vezes funções de cuidadores, amigos e figuras de suporte ao longo da vida (e.g., Conger, Stocker, & McGuire, 2009; Zukow-Goldring, 2002). A vinculação segura e as boas representações internas das relações entre os irmãos tendem a concorrer para o desenvolvimento social positivo dos adolescentes, bem como para uma adaptação saudável (Bowlby, 1988).

Desta forma, uma vinculação segura com os irmãos e uma representação interna positiva da relação com os irmãos na adolescência pode contribuir significativamente para o desenvolvimento pessoal e social dos jovens. Os adolescentes tendem a modificar e elaborar os seus modelos à medida que vão sendo confrontados com dificuldades, novas experiências, transições desenvolvimentais ou contextos cuidadores negligentes ou abusivos, pelo que nestas situações a relação com os irmãos pode constituir uma importante fonte de suporte (Bowlby, 1988). Nesta medida torna-se pertinente assumir que o subsistema da fratria representa um contexto importante que concorre para o desenvolvimento saudável dos jovens (Kramer & Kowal, 2005; McElwain & Volling, 2005).

Quando nos debruçamos sobre o contexto institucional, a dinâmica relacional na fratria assume contornos de maior relevância. O acolhimento residencial parece acarretar uma rutura indesejada capaz de potenciar sentimentos de rejeição nos jovens, pelo que além das discontinuidades emocionais que pautam um contexto familiar de negligência potencialmente coexistente, a transição para a instituição comporta uma perda do sentido de pertença e um vazio face ao desconhecido (Anaut, 2005; Spence & Matos, 2000). Em algumas situações o papel da fratria constitui um fator de extrema relevância na adaptação dos jovens a este contexto, traduzindo uma ligação com o seio familiar e uma forma de partilhar os sentimentos face à transição (Mota, & Matos, 2015; Mota, Serra, Relva, & Fernandes, 2017).



Deste modo, evitar barreiras afetivas poderá prender-se com a forma como os jovens são acolhidos, destacando-se o papel de figuras significativas, como os funcionários da instituição, os pares e os irmãos (Beckett, et al. 2006; Emond, 2003; Mota & Matos, 2010). Collins, Spencer e Ward (2010) assumem que o acolhimento residencial condiciona a rede de apoio dos adolescentes, pelo que na maioria das vezes, face ao quase inexistente ou descontínuo suporte parental, a rede de apoio fica confinada à instituição. A fratria tem sido pouco valorizada neste contexto, todavia perante um meio envolvente estranho, as ligações aos irmãos, ainda que lábeis e simétricas sob o ponto de vista das vivências, podem representar importantes fontes de estabilidade emocional (Herrick & Piccus, 2005). A reciprocidade e sentido de pertença associado a um passado em comum confere aos irmãos maior procura de suporte mútuo. Alguns estudos são consistentes com a ideia de que manter os irmãos juntos num contexto de acolhimento está associado a resultados positivos, nomeadamente na relação com os pares (Smith, 1995), na melhoria da realização escolar (Thorpe & Swart, 1992), bem como na diminuição de problemas emocionais e comportamentais (Smith, 1998). Análises qualitativas sugerem que os jovens em situação de acolhimento preferem estar juntos com os irmãos (Herrick, 2002), solicitando frequentes visitas quando isso não sucede (Bernstein, 2000). Whiting e Lee (2003) documentam relatos de jovens cuja experiência de separação dos irmãos parece ter implicado um significativo sofrimento. Nesta medida, para além do sentimento de perda de parte de si aquando da separação dos irmãos, muitos jovens vivenciam um luto agravado pela angústia, ansiedade de separação e culpa em contexto de acolhimento.

Apenas em casos particulares a literatura aponta para o benefício da separação dos irmãos, tal como sugerem alguns estudos perante existência de uma excessiva rivalidade, culpabilização, abusos e/ou violência na relação (Barth et al., 2007; Linares, 2006; Gustavsson & MacEachron, 2010; Morgan, Shaw, & Olino, 2012) e ainda quando existem diferenças de idades muito significativas, conduzindo à parentificação dos irmãos mais velhos, comprometendo o seu desenvolvimento emocional (Whelan, 2003). Desta forma, aquando do processo de acolhimento residencial torna-se relevante avaliar em que medida a permanência conjunta dos irmãos pode beneficiar o seu desenvolvimento saudável (Drapeau, Simard, Beaudry, & Chardonneau, 2000). Todavia, note-se que na grande maioria das vezes os irmãos introduzem maior familiaridade, amor e conforto mútuo durante a transição, recriando a oportunidade de experienciar um ambiente de vinculação segura (Davidson-Arad & Klein, 2011; Miron, Suján, & Middleton, 2013; Whelan, 2003).

Mota e Matos (2015) corroboram a importância da variável “Contacto com os irmãos” e o seu efeito positivo na relação entre a qualidade da ligação aos irmãos e o autoconceito. Este dado reforça a temática que temos vindo a discutir, pelo que percebemos que a manutenção de contacto entre os irmãos parece aumentar o sentimento de autoeficácia e potenciar o desenvolvimento de uma maior maturidade psicológica e capacidade de reação perante a mudança. Todavia, apesar dos esforços que muitas vezes são realizados para que esta proximidade seja garantida, uma dificuldade associada parece ser a escassa existência de instituições de acolhimento mistas e ainda as diferenças de idades que os jovens possam apresentar, pelo que frequentemente o acolhimento residencial de irmãos ocasiona a separação (Gustavsson, & MacEachron, 2010; Shlonsky, Bellamy, Elkins & Ashare, 2005).



3. O desenvolvimento pessoal dos cuidadores

Tal como temos vindo a destacar, o papel dos cuidadores no contexto de acolhimento residencial de crianças e jovens constitui uma lacuna na abordagem da comunidade científica face às dinâmicas vivenciais dos jovens em risco. Nesta medida, pretende-se destacar alguns aspetos que acrescem conhecimento às dimensões até agora estudadas no âmbito do acolhimento residencial. Em primeiro lugar, a pertinência de discutir não só questões inerentes aos jovens que transitam para o meio institucional, o processo adaptativo, os comportamentos, mas também a sua relação com o novo contexto, físico e emocional, em particular o papel dos cuidadores. Assim, mais além da perceção dos jovens, pretende-se sensibilizar para a análise da perspetiva e desenvolvimento pessoal dos cuidadores, sendo desde logo relevante perceber em que medida a vinculação dos mesmos os torna mais disponíveis na relação com os jovens, no sentido de gerir as vicissitudes inerentes ao cuidado no contexto institucional. Por outra parte, pretende-se realçar a saúde mental nos cuidadores, equacionando os efeitos protetores de uma vinculação segura face ao risco de vivências ansiogénicas neste contexto laboral.

Assim, a escolha da equipa que compõe os cuidadores das instituições de acolhimento parece ser, em paralelo com as condições físicas e sociais, um suporte emocional relevante para o desenvolvimento adaptativo dos jovens (Bravo & Valle, 2009; Calheiros & Patrício, 2014; Hurley, Ingram, Czyz, Juliano, & Wilson, 2006). Nesta medida, julgamos que o processo de desenvolvimento emocional dos cuidadores é, em tudo, fundamental no sentido de proporcionar aos jovens uma base segura.

4. A vinculação e saúde mental dos cuidadores – Que relação com os jovens?

Os cuidadores de jovens em acolhimento residencial comportam em si um património emocional construído ao longo das suas experiências afetivas. Embora a literatura não aborde diretamente os efeitos da qualidade da vinculação dos cuidadores na relação com os jovens em acolhimento residencial, sabemos que cuidadores com uma vinculação segura poderão estar mais capazes de construir e manter a proximidade com os jovens neste contexto, criando laços afetivos significativos. Para além disso, alguns autores como Lindsey et al. (2012) sugerem que uma boa rede de suporte dos cuidadores parece exercer um efeito positivo na sua saúde mental, favorecendo a relação desenvolvida com os jovens em contexto de acolhimento residencial. As características pessoais dos cuidadores afiguram-se fundamentais no sentido de criar uma relação estável e responsiva com os jovens, tendo como objetivo a adaptação positiva à “nova casa” e a criação de projetos futuros na vida dos jovens (Cole & Eamond, 2007).

De acordo com a teoria da vinculação, o sistema de cuidados torna-se mais evidente a nível emocional e comportamental quando o cuidador denota segurança suficiente capaz de desenvolver uma atitude empática focalizada nas necessidades das crianças ou jovens (Mikulincer & Shaver, 2005). Esta capacidade para cuidar dos outros relaciona-se com uma vivência própria de cuidado próximo e atento das suas próprias figuras de vinculação, o que



umenta o seu sentido de segurança pessoal e se repercute em modelos de bons cuidadores (Collins, Spencer, & Ward, 2010). Desta forma, o sentido de segurança na vinculação desenvolvida com os próprios cuidadores reduz a necessidade de autoproteção e perfeccionismo (Mikulincer & Shaver, 2005), conduzindo os indivíduos para uma predisposição ao cuidado e à compreensão da perspectiva do outro (Mikulincer, Gillath, & Shaver, 2002). A base segura criada pelos cuidadores nas suas próprias relações de vinculação parece facilitar o desenvolvimento de comportamentos de ajuda genuína face à perceção de sofrimento para com os jovens (Gillath, Shaver, & Mikulincer, 2005).

De acordo com esta perspetiva, a base segura dos cuidadores potencia uma maior disponibilidade para se relacionarem com os jovens numa atitude empática e responsiva. Todavia, a perceção dos cuidadores face à relação com os jovens associa-se à forma como elaboram as suas vivências emocionais no contexto institucional. As necessidades emocionais dos jovens em acolhimento residencial nem sempre são claras para os cuidadores. Assim, a falta de reconhecimento, a disputa ou comportamentos de confrontação por parte dos jovens podem ser encarados pelos cuidadores inseguros como um ataque pessoal, reduzindo significativamente a sua satisfação e investimento na atividade laboral (Mota & Matos, 2016). Esta questão surge também na linha de novas pesquisas que pretendemos introduzir face à temática, na medida em que o desenvolvimento de sintomatologia psicopatológica (nomeadamente a depressão, ansiedade e somatização) não tem vindo a ser considerada na abordagem aos cuidadores de jovens em acolhimento residencial. Neste sentido, cuidadores com uma vinculação ansiosa tendem a focalizar-se nas suas próprias necessidades e constrangimentos, tornando-se mais apelativos (Collins, Spencer, & Ward, 2010). Por outro lado, os cuidadores com uma vinculação evitante tendem a sentir-se desconfortáveis com a proximidade e interdependência, mostrando-se mais reprovadores nas suas respostas face aos signos de vulnerabilidade dos demais (Ibidem). De acordo com Mikulincer e Shaver (2005), os cuidadores com uma vinculação evitante manifestam dificuldades em lidar de forma direta ou simbólica com a dor ou sofrimento, tendendo a desenvolver uma postura defensiva que os protege face a uma baixa autoestima. Ainda de acordo com os autores, nestes casos a ajuda facilitada pelos cuidadores pode ser vista como uma forma de se sentirem melhor consigo mesmos. Alguns estudos revelam ainda que o cuidado de jovens em risco requer um investimento pessoal significativo, sendo essencial uma estrutura mental saudável e persistente por parte dos cuidadores (e.g. Brannan, Heflinger, & Foster, 2003; Horwitz, Hulburt, & Zhang, 2010). Por conseguinte, cuidadores que apresentam um elevado nível de stresse diminuem a disponibilidade pessoal para dar atenção aos jovens, recorrendo de forma mais significativa a serviços de saúde mental com fim de procurar ajuda para si e para os jovens (Geen, 2003; Timmer, Sedlar & Urquiza, 2004). Estudos recentes sugerem que uma parte significativa de cuidadores de crianças e jovens em situação de risco apresentam critérios de perturbações major como a depressão (Burns et al., 2010; Marcenko, Lyons, & Courtney, 2011). A doença mental dos cuidadores parece manifestar um impacto negativo na capacidade de cuidar, planear e tomar decisões face a crianças e jovens, afetando, em consequência, o processo desenvolvimental dos mesmos (Burns et al., 2010).

Assim, no sentido de reduzir estes efeitos indesejáveis e aumentar as oportunidades de obter resultados positivos junto dos jovens, torna-se relevante procurar que os cuidadores



desenvolvam competências pessoais e manifestem uma saúde mental ajustada, por forma a corresponder às exigências do trabalho em contexto de acolhimento residencial (Crosland et al, 2008; Hurley et al., 2006). A manutenção de um suporte afetivo pessoal dos cuidadores mostra-se relevante enquanto fator protetor face a manifestações negativas de saúde mental (Bussing et al., 2003).

Desta forma, para Mota e Matos (2016), a vinculação segura dos cuidadores torna-se um fator relevante no que concerne à melhoria das condições de acolhimento de crianças e jovens, conferindo benefícios significativos no desenvolvimento afetivo dos jovens. Todavia, para além das condicionalidades inerentes ao desenvolvimento pessoal dos cuidadores, uma das grandes dificuldades patentes na qualidade do acolhimento prende-se com a perceção de que os cuidadores têm pouca preparação face às exigências práticas e emocionais deste trabalho (Burns et al., 2010; Hicks-Collick, Burside- Eaton, & Peters, 2003).

5. Conclusões Finais

Em jeito de síntese, cabe destacar a importância da qualidade das relações que se desenvolvem no contexto de acolhimento residencial enquanto fator de elevada relevância para a adaptação psicossocial das crianças e adolescentes. Tal como descrito ao longo deste trabalho, a transição dos jovens para o novo contexto é pautada por dificuldades do foro emocional, representando invariavelmente uma tarefa que se associa a fatores internos, mas também ao contexto físico, social e relacional inerentes à mudança.

Estes dados sugerem a necessidade de discussão em torno do paradigma da especialização das instituições, sendo que a maioria continua sem diferenciar perfis de atuação em função das necessidades dos adolescentes, tendo dificuldade em garantir padrões de qualidade nos serviços (Rodrigues, & Barbosa-Ducharne, 2017). Ao mesmo tempo, o investimento continuado na formação dos cuidadores tem merecido pouca atenção, constatando-se que os processos de vinculação pessoais, assim como a saúde mental e o bem-estar dos cuidadores parecem fazer a diferença na sua disponibilidade para acolher e ajudar crianças e jovens em situação de vulnerabilidade (Mota & Matos, 2016).

Desta forma, quando existe a eminência de retirada do seio familiar, é particularmente relevante que os órgãos de decisão estejam articulados com o contexto das instituições, por forma a criar condições para que as crianças e jovens tenham um desenvolvimento adaptativo e sejam projetados planos de futuro. Mudanças nas políticas de inclusão das crianças e jovens seriam por isso oportunas, bem como a especialização das instituições.

Não podemos também deixar de considerar a necessidade de aumentar a cooperação/protocolos com as escolas e sistemas de saúde que pautam o contexto vivencial de crianças e jovens. Acresce a esta noção a importância da prevenção no sentido de evitar situações de risco extremado, o que de alguma forma pode constituir uma dificuldade, pela necessidade de encontrar soluções urgentes e efetivas, e que muitas vezes comprometem o processo de transição e adaptação ao contexto de acolhimento residencial.



Referências Bibliográficas

- Ahrens, K. R., DuBois, D. L., Garrison, M., Spencer, R., Richardson, L. P., & Lozano, P. (2011). Qualitative exploration of relationships with important non-parental adults in the lives of youth in foster care. *Children and Youth Services Review*, *33*, 1012–1023. doi: [10.1016/j.childyouth.2011.01.006](https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2011.01.006).
- Ainsworth, M.D.S. (1989). Attachment beyond infancy. *American Psychologist*, *44*, 709–716.
- Anaut, M. (2005). *A resiliência: Ultrapassar os traumatismos [Resilience: Overcoming trauma]*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Assis, S. G., Avanci, J. Q., Pesce, R. P., & Deslandes, S. F. (2006). *Superação de dificuldades na infância e adolescência: Conversando com profissionais de saúde sobre resiliência e promoção de saúde [Overcoming difficulties in childhood and adolescence: Talking to health professionals about resilience and health promotion]*. Rio de Janeiro: Fio Cruz.
- Atkin, K., & Tozer, R. (2014). Personalisation, family relationship and autism: Conceptualising the role of adult siblings. *Journal of Social Work*, *14*, 225–242. <http://dx.doi.org/10.1177/1468017313476453>.
- Barth, R.P., Lloyd, E., Green, R.L., James, S., Leslie, L.K., & Landsverk, J. (2007). Predictors of placement moves among children with and without emotional and behavioral disorders. *Journal of Emotional and Behavioral Disorders*, *15*(1), 46–55.
- Beckett, C., Maughan, B., Rutter, M., Castle, J., Colvert, E., Groothues, C., et al. (2006). Do the effects of early severe deprivation on cognition persist into early adolescence? Findings from the English and Romanian adoptees study. *Child Development*, *77*, 696–711. doi: [10.1111/j.1467-8624.2006.00898.x](https://doi.org/10.1111/j.1467-8624.2006.00898.x)
- Bernstein, N. (2000). *A rage to do better: Listening to young people from the foster care system*. San Francisco: Pacific News Service.
- Bowlby, J. (1988). *A secure base: Parent–child attachment and healthy human development*. London: Basic Books.
- Brannan, A. M., Heflinger, C. A., & Foster, E. M. (2003). The role of caregiver strain and other family variables in determining children's use of mental health services. *Journal of Emotional and Behavioral Disorders*, *11*(2), 78–92.
- Bravo, A., & Valle, J.F. (2009). *Intervención socioeducativa en acogimiento residencial*. Dirección general de políticas sociales y el centro de estudios de la administración pública regional de Cantabria: Colección Documentos Técnicos 2.
- Burns, B. J., Mustillo, S. A., Farmer, E. M. Z., Kolko, D. J., McCrae, J., Libby, A. M., et al. (2010). Caregiver depression, mental health service use, and child outcomes. In M. B. Webb, K. Dowd,



B. J. Harden, J. Landsverk, & M. F. Testa (Eds.), *Child welfare, child well-being, new perspectives from the national survey of child and adolescent well-being* (pp. 351–379). New York: Oxford University Press. doi:10.1093/acprof:oso/9780195398465.00.0001.

Calheiros, M.M., & Patrício, J. N. (2014). Assessment of needs in residential care: Perspectives of youth and professionals. *Journal of Child and Family Studies*, 23(3), 461-474. DOI 10.1007/s10826-012-9702-1.

Carvalho, T., & Manita, C. (2010). *Percepções de crianças e adolescentes institucionalizados sobre o processo de institucionalização e a experiência na instituição [Perceptions of institutionalized children and adolescents about the process of institutionalization and experience in institution]*. In Actas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia. Universidade do Minho, Portugal, Braga, Portugal.

Cole, S. A., & Eamon, M. K. (2007). Self-perceptions of fulfilling the foster caregiver role: A preliminary analysis. *Children and Youth Services Review*, 29, 655–671.

Collins, M. E., Spencer, R., & Ward, R. (2010). Supporting youth in the transition from foster care: Formal and informal connections. *Child Welfare*, 89, 125–143.

Conger, K. J., Stocker, C., & McGuire, S. (2009). Sibling socialization: The effect of challenging life experiences. In L. Kramer & K. J. Conger (Eds.), *Siblings as agents of socialization: New directions in child and adolescent development*, 126, 45–59. San Francisco.

Crosland, K. A., Dunlap, G., Sager, W., Neff, B., Wilcox, C., Blanco, A., & Giddings, T. (2008). The effects of staff training on the types of interactions observed at two group homes for foster care children. *Research on Social Work Practice*, 18(5), 410-420. DOI: 10.1177/1049731507314000.

Davidson-Arad, B., & Klein, A. (2011). Comparative wellbeing of Israeli youngsters in residential care with and without siblings. *Children and Youth Services Review*, 33, 2152–2159.

Drapeau, S., Saint-Jacques, M. C., Lepine, R., Begin, G., & Bernard, M. (2007). Processes that contribute to resilience among youth in foster care. *Journal of Adolescence*, 30, 977-999.

Drapeau, S., Simard, M., Beaudry, M., & Chardonneau, C. (2000). Siblings in family transitions. *Family Relations*, 49(1), 77–85.

Dunn, J. (2000). State of the art: Siblings. *The Psychologist*, 13, 244–248.

Emond, R. (2003). Putting the care into residential care: The role of young people. *Journal of Social Work*, 3(3), 321–337.



Fergus, S., & Zimmerman, M. A. (2005). Adolescent resilience: A framework for understanding healthy development in the face of risk. *Annual Review of Public Health, 26*, 399 – 419.

Fernandes, O.M. (2005). *Ser único ou ser irmão [Being a single child or being a sibling]*. Cruz Quebrada: Oficina do Livro.

Formosinho, J., Araújo, S.E., & Sousa, Z. (2002). A institucionalização enquanto transição ecológica: A fenomenologia da experiência no momento de pós-transição [Institutionalization as an ecological transition: The phenomenology of experience at the time of post-transition]. *Cadernos de Consulta Psicológica, 17*, 267-276.

Garnezy, N. (1991). Resilience in children's adaptation to negative life events and stressed environments. *Pediatric Annals, 20*, 459-466.

Geen, R. (2003). *Foster children placed with relatives often receive less government help*. Washington, D.C.: The Urban Institute.

Gillath, O., Shaver, P. R., & Mikulincer, M. (2005). An attachment-theoretical approach to compassion and altruism. In P. Gilbert (Ed.), *Compassion: Its nature and use in psychotherapy* (pp. 121–147). London: Brunner-Routledge.

Gustavsson, N.S., & MacEachron, A.E. (2010). Sibling connections and reasonable efforts in public child welfare. *Families in Society, 91*(1), 39–44.

Herrick, M. (2002). *Alumni of foster care focus group*. Seattle, WA: Northwest Institute for Children and Families.

Herrick, M., & Piccus, W. (2005). Sibling connections: The importance of nurturing sibling bonds in the foster care system. *Children and Youth Services Review, 27*(7), 845–861.

Hicks-Coolick, A., Burside-Eaton, P., & Peters, A. (2003). Homeless children: Needs and services. *Child and Youth Care Forum, 32*, 197–210.

Horwitz, S. M., Hulburt, M. S., & Zhang, J. (2010). Patterns and predictors of mental health services use by children in contact with the child welfare system. In M. B. Webb, K. Dowd, B. J. Harden, J. Landsverk, & M. F. Testa (Eds.), *Child welfare and child well-being — New perspectives from the National Survey of Child and Adolescent Well-being* (pp. 279–329). New York, NY: Oxford University Press.

Hurley, K. D., Ingram, S., Czyz, J. D., Juliano, N., & Wilson, E. (2006). Treatment of youth in short-term care facilities: The impact of a comprehensive behavior management intervention. *Journal of Child and Family Studies, 15*, 617–632.

Johnson, D. E., & Gunnar, M. R. (2011). Growth failure in institutionalized children. In R. B.



McCall, M. H. van IJzendoorn, F. Juffer, C. J. Groark, & V. K. Groza (Eds.), Children without permanent parents: Research, practice, and policy. *Monographs of the Society for Research in Child Development*, 76(4, Serial No. 301), 92–126.

Kramer, L., & Kowal, A. (2005). Sibling relationship quality from birth to adolescence: The enduring contributions of friends. *Journal of Family Psychology*, 19, 503–511.

Legault, L., Anawati, M., & Flynn, R. (2006). Factors favouring psychological resilience among fostered young people. *Children and Youth Services Review*, 28, 1024–1038. doi:10.1016/j.childyouth.2005.10.006.

Linares, L. (2006). An understudied form of intra-family violence: Sibling-to-sibling aggression among foster children. *Aggression and Violent Behaviour*, 11(1), 95–109.

Lindsey, M. A., Gilreath, T. D., Thompson, R., Graham, J. C., Hawley K. M., Weisbart, C., Browne, D., & Kotch, J. B. (2012). Influence of caregiver network support and caregiver psychopathology on child mental health need and service use in the longscan study. *Children and Youth Services Review*, 34, 924–932.

Lockwood, R.L., Gaylord, N.K., Kitzmann, K.M., & Cohen, R. (2002). Family stress and children's rejection by peers: Do siblings provide a buffer? *Journal of Child and Family Studies*, 11(3), 331–345.

Luthar S.S., & Cicchetti D. (2000). The construct of resilience: implications for interventions and social policies. *Developmental Psychopathology*, 12, 857–85.

Luthar, S.S., Cicchetti, D., & Becker, B. (2000). The construct of resilience: A critical evaluation and guidelines for future work. *Child Development*, 71, 543–562. doi: 10.1111/1467-8624.00164.

Luthar S.S., & Goldstein A. (2004). Children's exposure to community violence: Implications for understanding risk and resilience. *Journal of Clinical Child and Adolescent Psychology*, 33, 499-505. doi:10.1111/j.1532-7795.2004.01402001.x.

Marcenko, M. O., Lyons, S. J., & Courtney, M. (2011). Mothers' experiences, resources and needs: The context for reunification. *Children and Youth Services Review*, 33(3), 431–438. doi:10.1016/j.childyouth.2010.06.020.

McElwain, N.L., & Volling, B.L. (2005). Preschool children's interactions with friends and older siblings: Relationship specificity and joint contributions to problem behavior. *Journal of Family Psychology*, 19, 486–496.

Mikulincer, M., & Shaver, P. R. (2005). Mental representations of attachment security: Theoretical foundation for a positive social psychology. In M. W. Baldwin (Ed.), *Interpersonal cognition* (pp. 233–266). New York: Guilford Press.



Mikulincer, M., Gillath, O., & Shaver, P. R. (2002). Activation of the attachment system in adulthood: Threat-related primes increase the accessibility of mental representations of attachment figures. *Journal of Personality and Social Psychology*, *83*, 881–895.

Miron, D., Sujan, A., & Middleton, M. (2013). Considering the best interests of infants in foster care placed separately from their siblings. *Children and Youth Services Review*, *35*, 1385–1392.

Morgan, J.K., Shaw, D.S., & Olino, T.M. (2012). Differential susceptibility effects: The interaction of negative emotionality and sibling relationship quality on childhood internalizing problems and social skills. *Journal of Abnormal Child Psychology*, *40*, 885–899.

Mota, C. P., & Matos, P. M. (2008). Adolescência e institucionalização numa perspectiva de vinculação [Adolescence and institutionalization: An attachment approach]. *Psicologia & Sociedade*, *20* (3), 367-377.

Mota, C. P., & Matos, P. M. (2010). Adolescentes institucionalizados: O papel das figuras significativas na predição da assertividade, empatia e autocontrolo [Institutionalized adolescents: The role of significant figures in the prediction of assertiveness, empathy and self-control]. *Análise Psicológica*, *2*, 245-254.

Mota, C.P., & Matos, P. M. (2015). Does sibling relationship matter to self-concept and resilience in Institutionalized Adolescents? *Child & Youth Service Review*, *56*, 97-106. <http://dx.doi.org/10.1016/j.childyouth.2015.06.017>.

Mota, C. P., & Matos, P. M. (2016). Caregiver's attachment and mental health on perceived bond in institutional care. *Professional Psychology: Research and Practice*, *47*(2), 110-119.

Mota, C.P., Serra, L., Relva, I. C., & Fernandes, O.M. (2017). Do sibling relationship protects adolescents in residential care and traditional families from developing of psychopathologies? *Journal of Family Studies*, *23*(3), 260-277. doi: 10.1080/13229400.2015.1106333. IF:0.66.

Munson, M. R., & McMillen, J. C., (2009). Natural mentoring and psychosocial outcomes among older youth transitioning from foster care. *Children and Youth Services Review*, *31*, 104–111. doi:10.1016/j.childyouth.2008.06.003.

Munson, M. R., Smalling, S. E., Spencer, R., Scott, L. D., Jr., & Tracy, E. (2010). A steady presence in the midst of change: Non-kin natural mentors in the lives of older youth exiting foster care. *Children and Youth Services Review*, *32*, 527–535. doi:10.1016/j.childyouth.2009.11.005.

Rodrigues, S. & Barbosa-Ducharne, M. (2017). Current challenges of residential child and youth care in Portugal: The pressing need for residential care quality assessment. In T. Islam & L. Fulcher (Eds), *Residential child and youth care in a developing world - european perspectives* (pp. 355-365). Cape Town, South Africa: CYC-Net Press. ISBN 978-1-928212-24-9.



Rutter, M. (2006). The promotion of resilience face of adversity. In A. Clarke Stewart, & J. Dunn (Eds.), *Families count: Effects on child and adolescent development. The Jacobs Foundation series on adolescence* (pp. 26-50). Cambridge University Press.

Shlonsky, A., Bellamy, J., Elkins, J., & Ashare, C.J. (2005). The other kin: Setting the course for research, policy, and practice with siblings in foster care. *Children and Youth Services Review*, 27(7), 697–716.

Siqueira, A. C., & Dell’Aglio, D. D. (2006). O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: Uma revisão da literatura [The impact of institutionalization on children and adolescents: A literature review]. *Psicologia & Sociedade*, 18, 71-80.

Smith, M.C. (1995). A preliminary description of nonschool-based friendship in Young high-risk children. *Child Abuse and Neglect*, 19(12), 1497–1511.

Smith, M.C. (1998). Sibling placement in foster care: An exploration of associated concurrent preschool-aged child functioning. *Children and Youth Services Review*, 20, 389–412.

Spence, S., & Matos, M. (2000). *Intervenções preventivas com crianças e adolescentes. Desenvolvimento de competências da vida na prevenção do desajustamento social [Preventive interventions with children and adolescents. Development of life skills in the prevention of social maladjustment]*. (pp.17-33). Faculdade de Motricidade Humana. Instituto de Reinserção Social. Ministério da Justiça. Lisboa.

Thorpe, M.B., & Swart, M.D. (1992). Risk and protective factors affecting children in foster care: A pilot study of the role of siblings. *Canadian Journal of Psychiatry*, 37, 616–622.

Timmer, S. G., Sedlar, G., & Urquiza, A. J. (2004). Challenging children in kin versus nonkin foster care: Perceived costs and benefits to caregivers. *Child Maltreatment*, 9(3), 251–262.

Whelan, D.J. (2003). Using attachment theory when placing siblings in foster care. *Child and Adolescent Social Work Journal*, 20(1), 21–36.

Whiteman, S.D., McHale, S.M., & Crouter, A.C. (2007). Explaining sibling similarities: Perceptions of sibling influences. *Journal of Youth Adolescence*, 36, 963–972.

Whiting, J.B., & Lee, R.E. (2003). Voices from the system: A qualitative study of foster children's stories. *Family Relations*, 52, 288–295.

Zukow-Goldring, P. (2002). Sibling caregiving. In M.H. Bornstein (Ed.), (2nd ed). *Being and becoming a parent*, Vol. 3. (pp. 253–286). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.



Apresentação em *Power Point*

CENTRO DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS
"Temas de Direito da Família e das Crianças"




**ACOLHIMENTO FAMILIAR E RESIDENCIAL –
o novo paradigma**

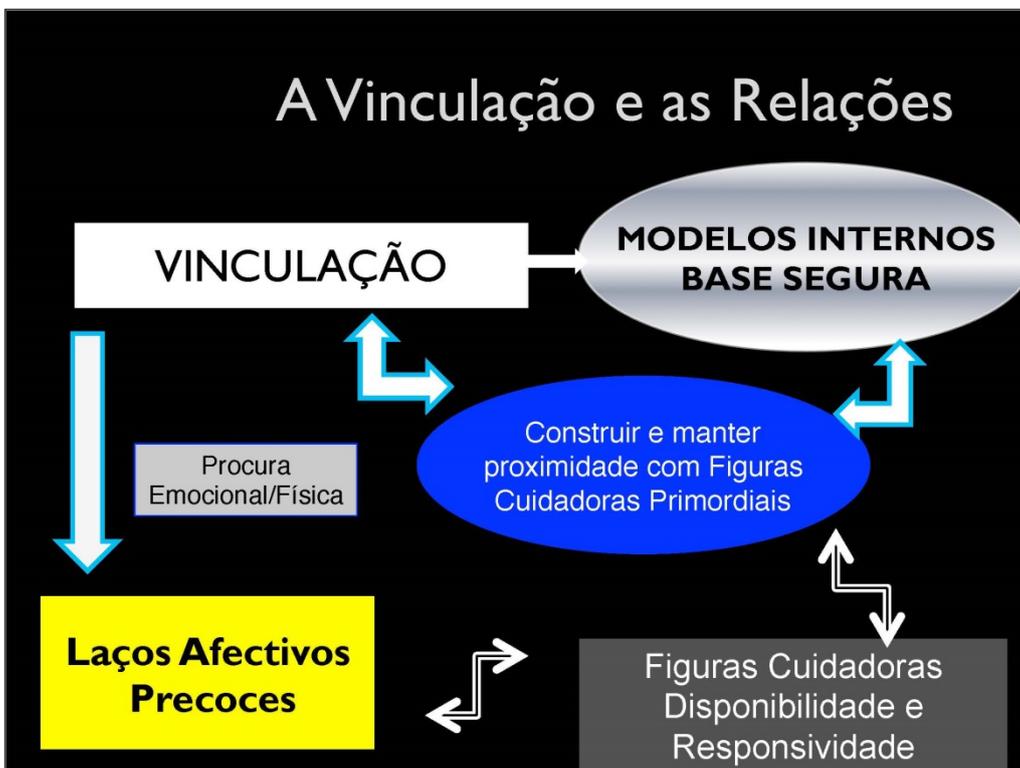
Catarina Pinheiro Mota
 catppmota@utad.pt
 UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO
 CENTRO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE DO PORTO
 13 MAIO 2016

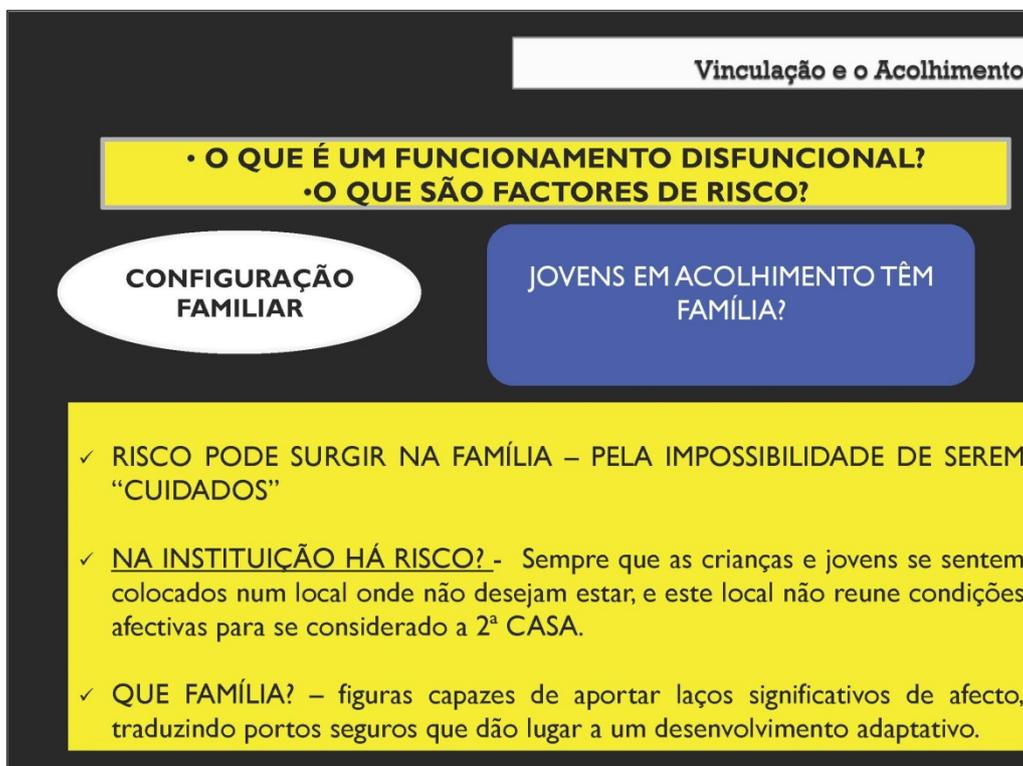
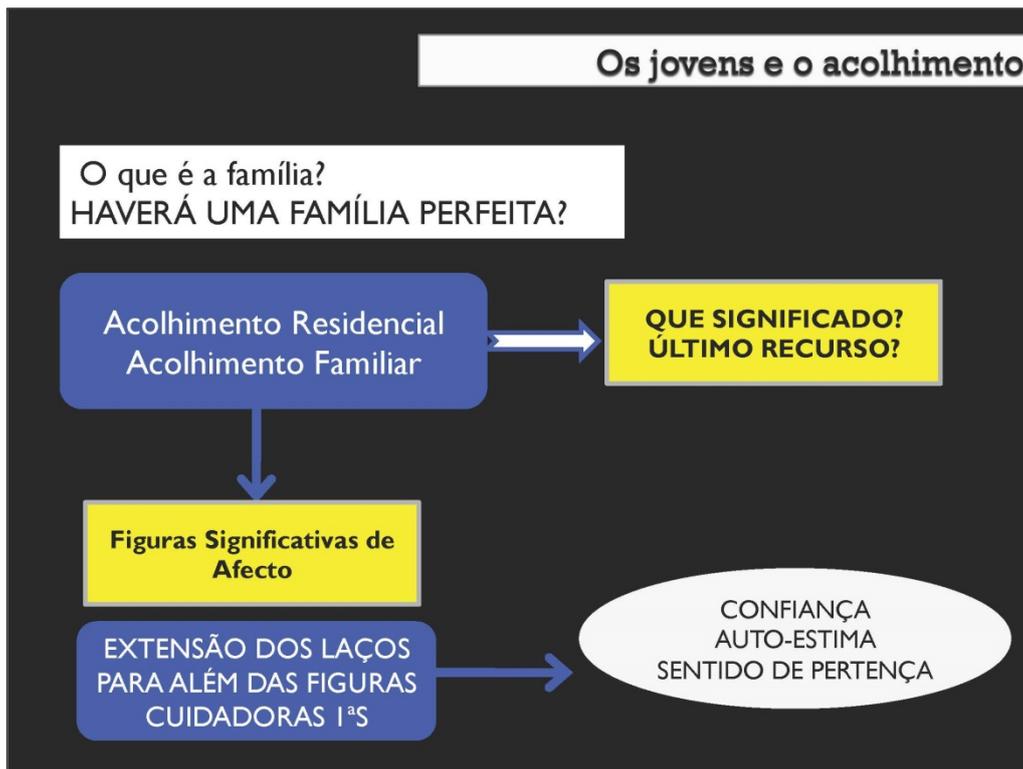

Fundação para a Ciência e a Tecnologia











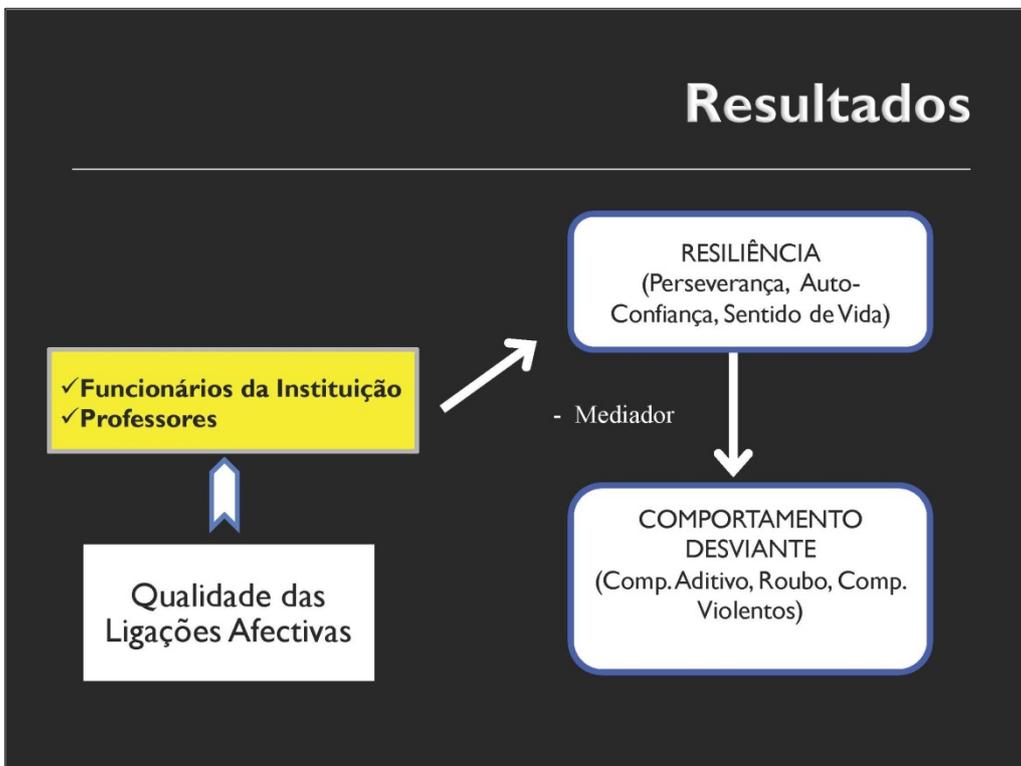
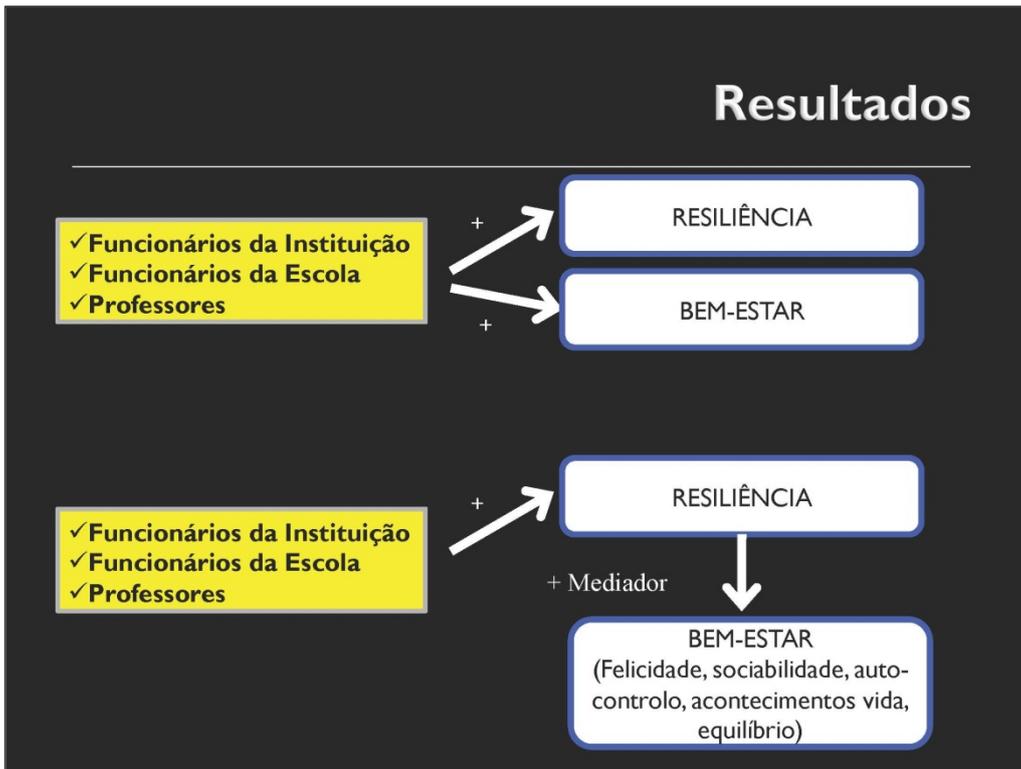
A Transição para o Acolhimento

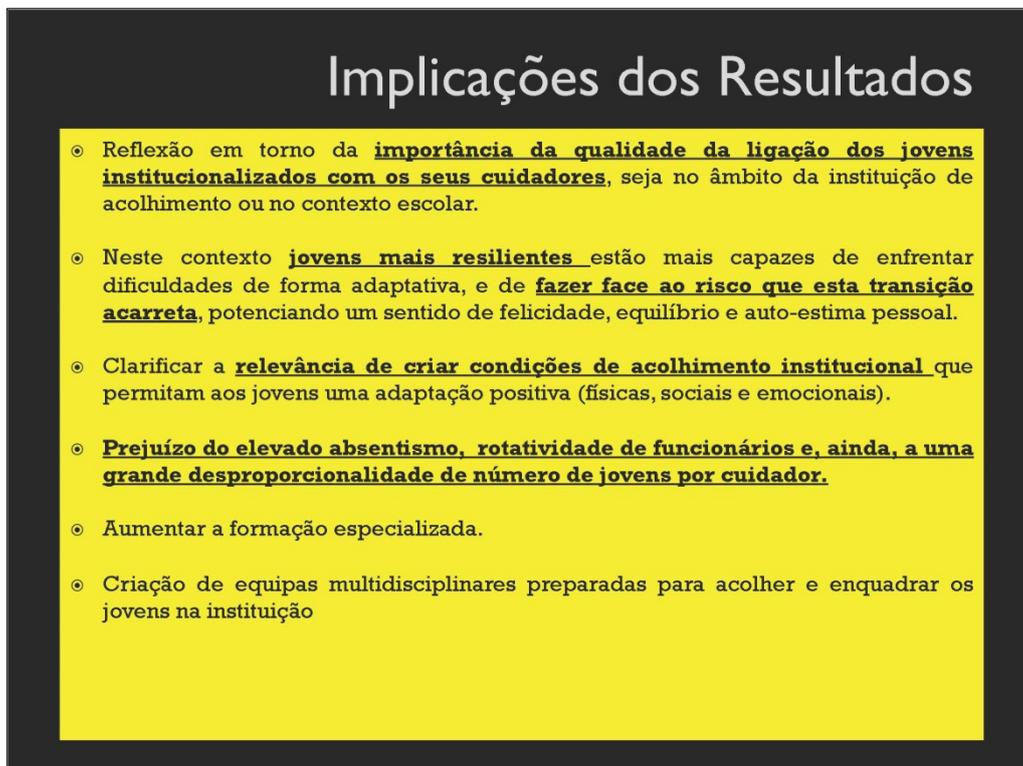
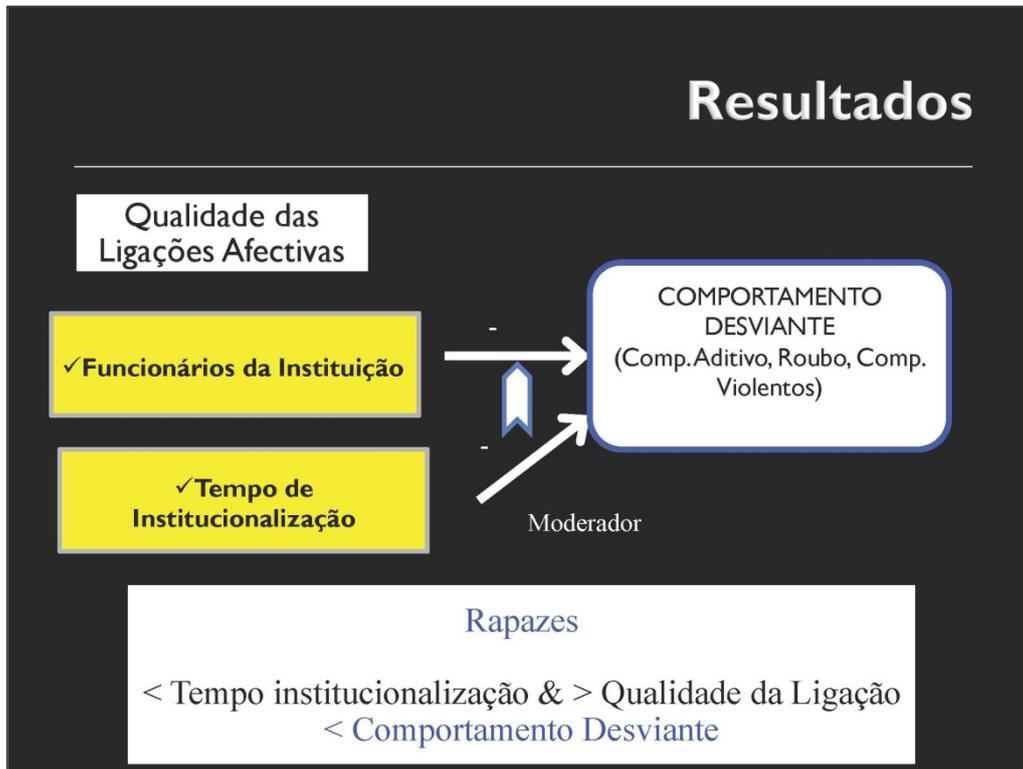


(e.g., Cordovil, Crujo, Vilarica, & Caldeira, 2011; Fergus & Zimmerman, 2005; Luthar, Cicchetti, & Becker, 2000; Poletto & Koller, 2008; Wright, Lamsal, Ksetree, Sharma, & Jaffe, 2014; Yunes, Miranda, & Cuello 2004).

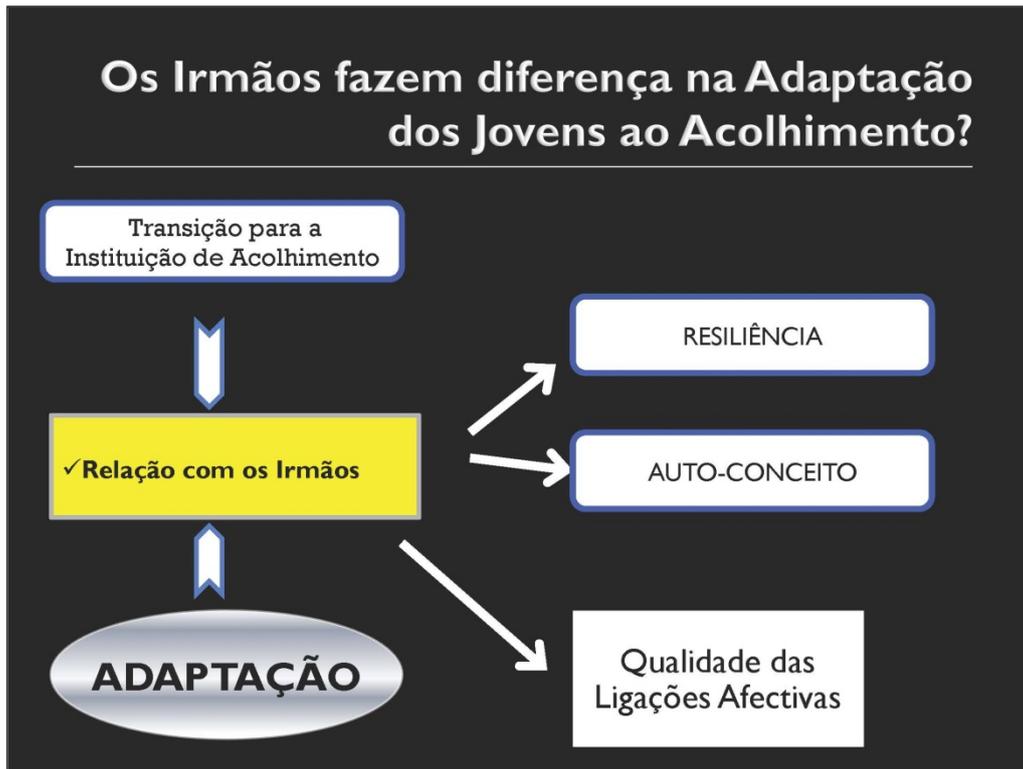
PARTE I

OS ADOLESCENTES



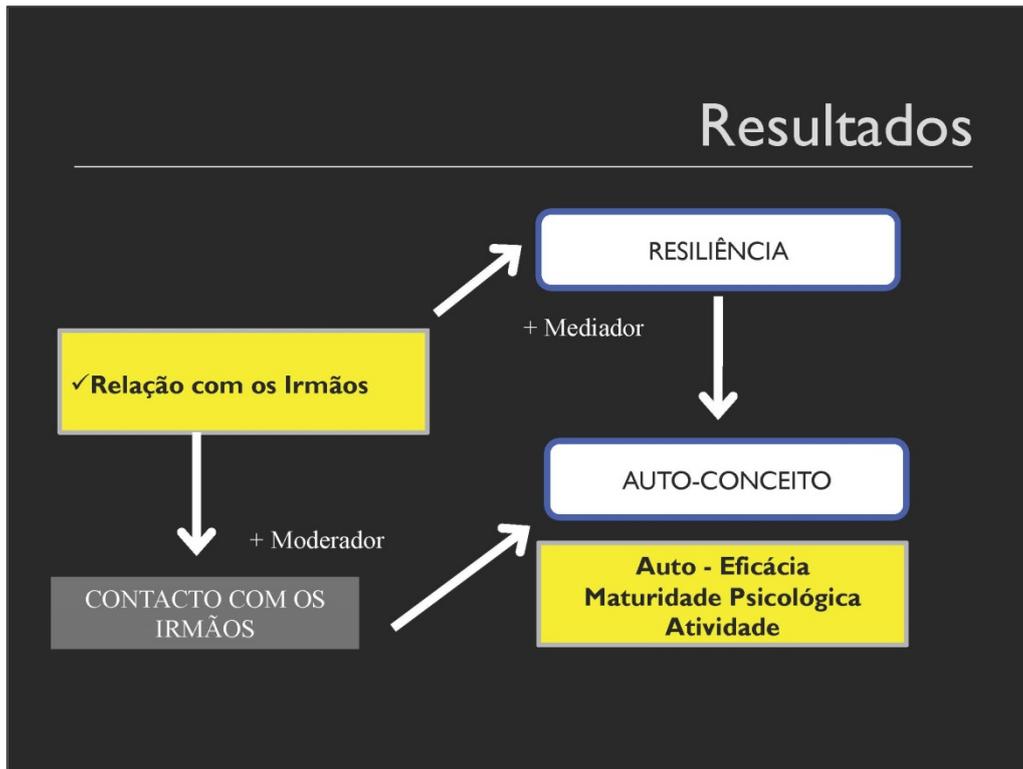


Os Irmãos fazem diferença na Adaptação dos Jovens ao Acolhimento?



Resultados





Implicações dos Resultados

- ⊙ Reflexão sobre a qualidade da ligação aos irmãos em contexto institucional e a importância da manutenção deste contacto. Equacionar **novas políticas de inclusão** dos jovens em risco.
- ⊙ O suporte e companheirismo entre irmãos exerce um papel significativo enquanto fonte de segurança, constituindo em muitos casos alvo de admiração e replicação de comportamentos.
- ⊙ Jovens que se sentem protegidos na relação com os irmãos parecem ser mais serenos e autoconfiantes, manifestando mais sentido na sua vida e atitudes mais perseverantes nas vicissitudes da transição institucional.
- ⊙ O processo de acolhimento de jovens acarreta perdas afetivas consideráveis pelo que a **manutenção do contacto entre os irmãos sugere ser um factor de organização dos modelos internos**, especialmente quando as suas vivências anteriores foram pautadas por situações de negligência ou maus tratos.

PARTE II

OS CUIDADORES

Cuidadores no Acolhimento Residencial

Papel/Características do Cuidador? Pouco abordadas/desconhecidas?

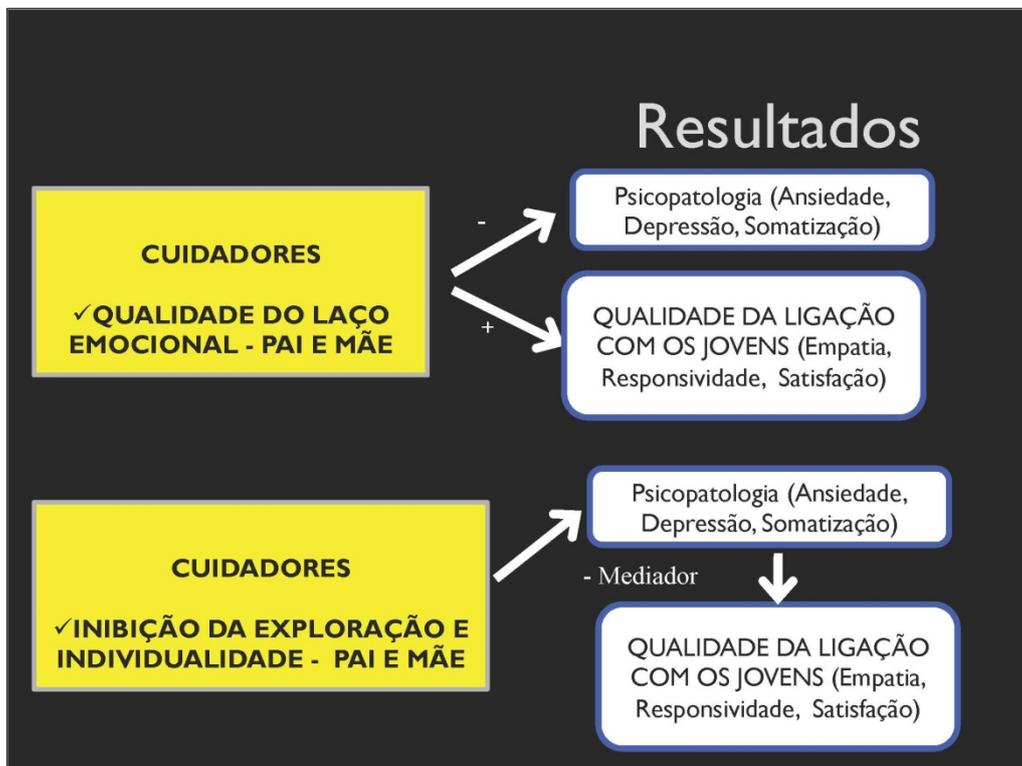


Jovens cuidados e protegidos, estão capazes de estabelecer relações afectivas com qualidade.

Os Cuidadores

- N= 181 CUIDADORES - 112 (66.9%) exercem cargos de director, psicólogo, psicopedagogo, professor, educador, assistente social, sociólogo, 56 (33.1%) exercem cargos de auxiliar educativo de 1ª e 2ª, animadores sociais, administrativos e outros funcionários (porteiro, cozinheira, seguranças).
- Instituições de acolhimento no norte e centro de Portugal (jovens em situação de risco).
- IDADE – [22 – 57] anos (M = 37.02; DP = 8.68).
- 141 (77.2%) género feminino e 37 (20.8%) do género masculino.
- Escolaridade entre o 4º ano e o doutoramento (M = 12.78; DP = 2.25).
- 106 casados/união de facto (59.2%), 16 divorciados/viúvos (9%) e 57 solteiros (31.8%).
- 93 têm filhos (54.4%), e 78 não têm filhos (45.6%).
- 90 cuidadores (55.2%) têm contratos a termo indeterminado e 73 cuidadores (44.8%) a termo certo, em regime de estágio, recibos verdes, ou atividade através do centro de emprego.

Resultados



Implicações dos Resultados

- Reflexão sobre a qualidade da vinculação dos cuidadores – A vinculação segura proporciona sentimentos de ajuda genuína, facilitando o processo de cuidado pessoal com os demais.
- **Questionar a satisfação dos cuidadores:** a falta de suporte adequado na sua própria família e comunidade poderão conduzir a um **sentimento de solidão, depressão e isolamento social conferindo menor disponibilidade para cuidar dos jovens.**

Aportar novas linhas de investigação:

- Refletir sobre as contingências inerentes ao trabalho – Dificuldades no cuidado dos jovens e gestão das vivências de jovens institucionalizados
- Melhoria das condições de acolhimento institucional e em especial no que concerne à qualidade dos recursos humanos:
 - ✓ Potenciar treino de competências,
 - ✓ Desenvolvimento pessoal dos cuidadores.
 - ✓ Formação
 - ✓ Experiência de trabalho,
 - ✓ Tipo de vínculo contratual, e ainda o facto de os cuidadores terem uma relação romântica estável e filhos.

PARTE III

ENTREVISTAS AOS CUIDADORES



Análise Qualitativa

Perspectiva do Cuidador



- (1) Relação com a instituição,
- (2) Envolvimento no cuidado, aceitação e supervisão dos jovens
- (3) Dificuldades na relação com os adolescentes
- (4) Necessidades, expectativas e propostas de mudanças na instituição.

OBJECTIVO

✓ Analisar o contexto de cuidado institucional de acordo com a perspectiva dos cuidadores.

As Entrevistas

22 Entrevistas Semi-Estruturadas (22 questões abertas) com os principais temas:

- ✦ Perspectiva da adaptação dos jovens à instituição
- ✦ Envolvimento e Cuidado – Papel Cuidador
- ✦ Necessidades, expectativas e propostas de mudança na instituição

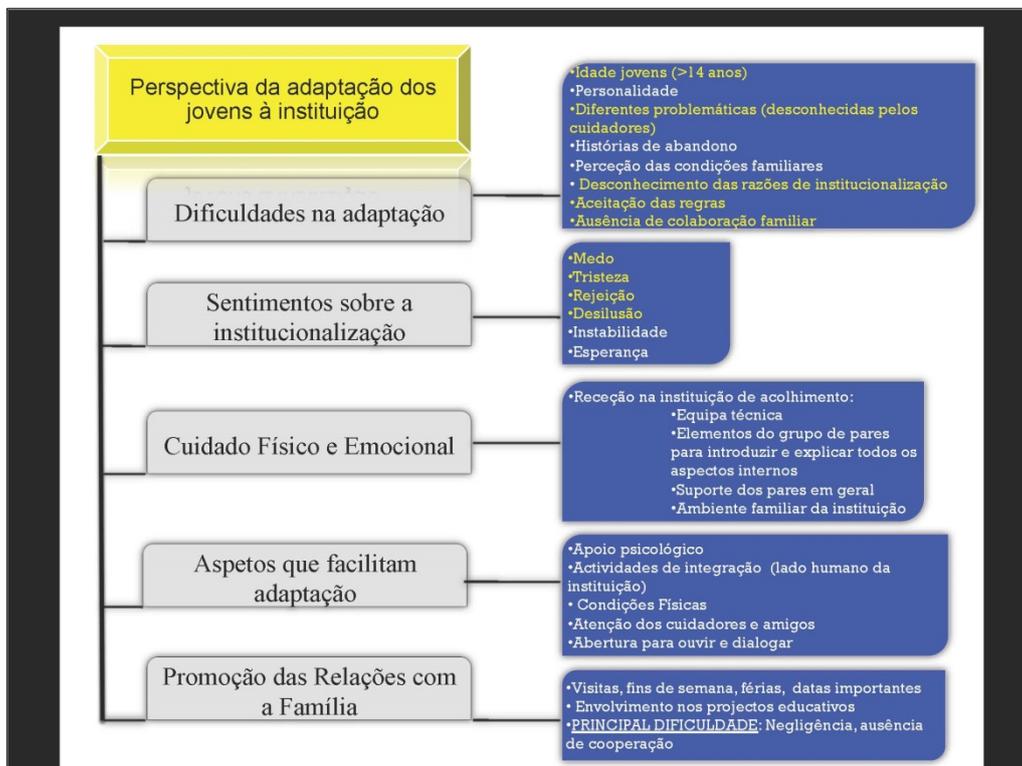
□ De 10 instituições seleccionadas, 4 instituições (3 de rapazes e 1 de raparigas) aceitaram participar nesta fase do projecto facultando o contacto com os cuidadores.

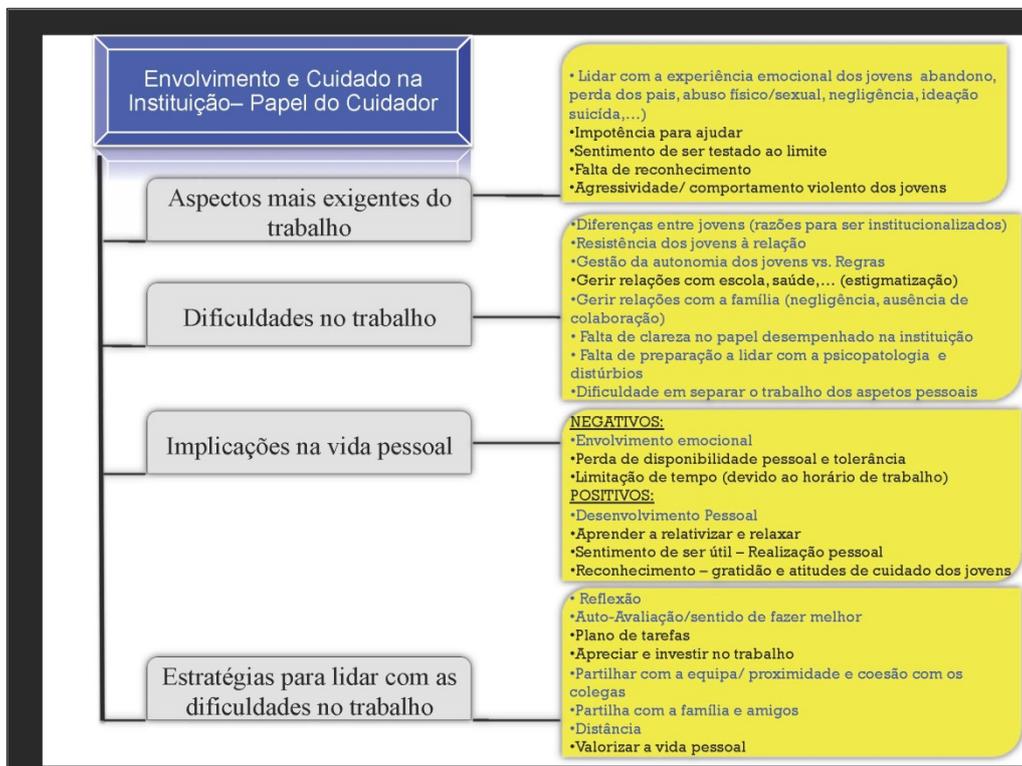
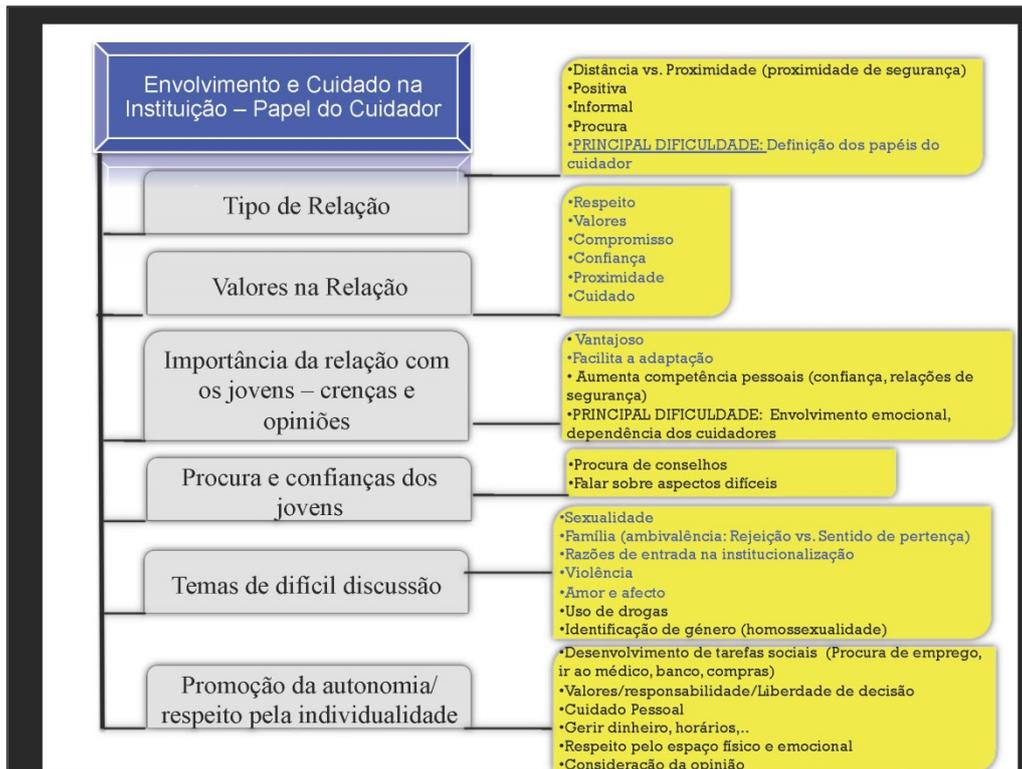
□ Todas as questões éticas foram garantidas, incluindo o anonimato, confidencialidade e natureza voluntária de participação no estudo.

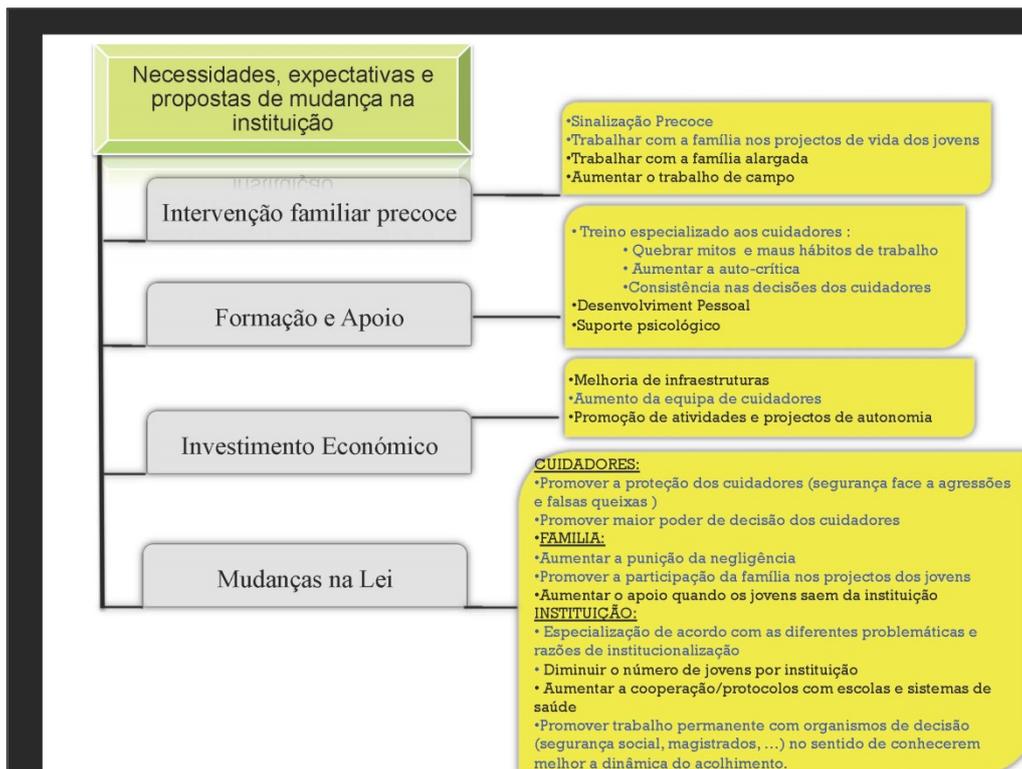
- Recolhidas num período total de 3 meses
- Gravadas em audio e transcritas
- Duração média de 45 minutos

Os Cuidadores

- + 22 Cuidadores – Instituição de acolhimento de crianças e jovens
- + Acolhimento de crianças por motivo de abandono parental, negligência, condições sócio-económicas, excluindo comportamentos desviantes.
- + Idade 24 - 59 (M = 40.18, DP = 11.04)
 - ⊙ Escolaridade – 4º- Doutoramento (M = 12.4, DP = 3.72)
 - ⊙ Ambos géneros:
 - 16 mulheres (72.7%)
 - 6 homens (23.7%)
 - ⊙ Tempo de trabalho na Instituição – [5 meses a 37 anos] (M= 9.81 anos; DP = 11.10)
 - ⊙ Com filhos: 12 (54.5%) – sim; 10 (45.5%) – não
 - ⊙ 18 – contrato tempo indeterminado; 2 – contrato a tempo determinado; 1- voluntário; 1 – contrato temporário
 - ⊙ Contacto diário com os jovens







Sugestões e Implicações Práticas

- ✓ Novas políticas de inclusão de jovens em risco (especialização)
- ✓ Procurar alternativas para promover as necessidades emocionais dos jovens:
 - ✓ Promover equipas especializadas de acolhimento
 - ✓ Manter o contacto com a família (envolvimento nos projectos)
- Chamar a atenção da comunidade científica e comunidade geral para o trabalho dentro das instituições:
 - Promover a importância da preservação da saúde mental dos cuidadores
 - Promover o treino especializado dos cuidadores e a supervisão permanente
 - Aumentar os recursos humanos na instituição.